

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2020	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,61493
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2020	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,67642

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	13.119.215	11.939.604
1.01	Ativo Circulante	1.835.895	1.170.743
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	963.381	274.059
1.01.01.01	Caixas e Bancos	15.580	16.878
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	947.801	257.181
1.01.03	Contas a Receber	755.954	809.736
1.01.03.01	Clientes	755.954	809.736
1.01.04	Estoques	48.676	46.146
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.397	305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.397	305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	61.487	40.497
1.01.08.03	Outros	61.487	40.497
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	4.976	2.855
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.181	0
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	49.330	37.642
1.02	Ativo Não Circulante	11.283.320	10.768.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.359.863	3.244.914
1.02.01.04	Contas a Receber	17.880	19.826
1.02.01.04.01	Clientes	17.880	19.826
1.02.01.07	Tributos Diferidos	693.458	629.063
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	693.458	629.063
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.648.525	2.596.025
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	56.811	55.748
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.040
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	303.574	297.755
1.02.01.10.06	Ativos Financeiros Contratuais	473.144	435.209
1.02.01.10.07	Ativo de Contrato	1.768.818	1.756.714
1.02.01.10.08	Outros Créditos	46.178	48.559
1.02.02	Investimentos	2.442	2.671
1.02.02.01	Participações Societárias	2.442	2.671
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.442	2.671
1.02.03	Imobilizado	281.219	297.716
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	210.843	210.656
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	70.376	87.060
1.02.04	Intangível	7.639.796	7.223.560
1.02.04.01	Intangíveis	7.639.796	7.223.560
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.451.964	7.031.860
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	187.832	191.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	13.119.215	11.939.604
2.01	Passivo Circulante	1.573.846	1.291.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	212.743	119.454
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	212.743	119.454
2.01.02	Fornecedores	188.098	214.445
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	188.098	214.445
2.01.03	Obrigações Fiscais	142.307	100.770
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	140.110	98.182
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	43.360	21.354
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	96.750	76.828
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.197	2.588
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	560.636	357.213
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	242.927	138.322
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	242.903	138.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24	0
2.01.04.02	Debêntures	259.710	160.754
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	57.999	58.137
2.01.05	Outras Obrigações	209.910	323.640
2.01.05.02	Outros	209.910	323.640
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	138.418	229.341
2.01.05.02.04	Contratos de Concessão	0	31.414
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.141	2.189
2.01.05.02.06	Receitas a Apropriar	4.200	4.200
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.743	0
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	59.408	56.496
2.01.06	Provisões	260.152	175.861
2.01.06.02	Outras Provisões	260.152	175.861
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	85.782	82.440
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	174.370	93.421
2.02	Passivo Não Circulante	4.891.083	4.474.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.103.752	2.723.218
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.441.678	1.266.244
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.435.380	1.264.205
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.298	2.039
2.02.01.02	Debêntures	1.353.347	1.139.780
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	308.727	317.194
2.02.02	Outras Obrigações	33.345	50.255
2.02.02.02	Outros	33.345	50.255
2.02.02.02.03	Fornecedores	4.392	0
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições	238	596
2.02.02.02.05	Receitas a Apropriar	1.750	4.900
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.065
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	26.965	42.694
2.02.04	Provisões	1.753.986	1.700.834
2.02.04.02	Outras Provisões	1.753.986	1.700.834

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.200.941	1.154.162
2.02.04.02.05	Provisões	553.045	546.672
2.03	Patrimônio Líquido	6.654.286	6.173.914
2.03.01	Capital Social Realizado	3.996.137	2.851.089
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	3.996.137	2.851.089
2.03.03	Reservas de Reavaliação	65.620	69.559
2.03.03.01	Ativos Próprios	65.620	69.559
2.03.04	Reservas de Lucros	2.087.787	3.306.767
2.03.04.01	Reserva Legal	0	336.909
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	10.332	10.332
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	73.932
2.03.04.10	Plano de Investimentos	2.077.455	2.885.594
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	558.465	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.974	5.196
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-58.697	-58.697

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.166.691	3.562.866	1.185.336	3.383.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-503.668	-1.444.892	-476.608	-1.357.699
3.03	Resultado Bruto	663.023	2.117.974	708.728	2.025.509
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-362.366	-1.000.615	-308.151	-936.317
3.04.01	Despesas com Vendas	-124.691	-321.766	-91.370	-265.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-217.998	-543.422	-148.326	-423.731
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.725	-133.426	-66.157	-242.206
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-889	-6.373	-21.881	-85.167
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-16.707	-50.121	-14.952	-44.855
3.04.05.03	Programa de Participação nos Resultados	-3.783	-42.545	-26.277	-76.414
3.04.05.04	Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1.654	-34.387	-3.047	-35.770
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	48	-2.001	-2.298	-4.520
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	300.657	1.117.359	400.577	1.089.192
3.06	Resultado Financeiro	-57.422	-141.949	-44.056	-134.447
3.06.01	Receitas Financeiras	13.644	44.290	14.804	43.355
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.066	-186.239	-58.860	-177.802
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.235	975.410	356.521	954.745
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.655	-270.419	-112.881	-261.032
3.08.01	Corrente	-126.412	-334.814	-102.947	-303.170
3.08.02	Diferido	47.757	64.395	-9.934	42.138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	164.580	704.991	243.640	693.713
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	164.580	704.991	243.640	693.713
3.99.01.01	PN	0,11231	0,48109	0,49878	1,42017
3.99.01.02	ON	0,1021	0,43735	0,45344	1,29107
3.99.02.01	PN	0,11231	0,48109	0,49878	1,42017
3.99.02.02	ON	0,1021	0,43735	0,45344	1,29107

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	164.580	704.991	243.640	693.713
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.312	-4.161	-1.504	-4.560
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.924	-5.968	-2.048	-6.216
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	654	2.029	697	2.114
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-63	-336	-231	-693
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	21	114	78	235
4.03	Resultado Abrangente do Período	163.268	700.830	242.136	689.153

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.324.869	1.055.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.215.228	1.235.784
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	704.991	693.713
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	267.870	251.337
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	7.473	7.367
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-1.933	-2.133
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	-1.953	-11.818
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	56.282	14.823
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-64.395	-42.138
6.01.01.09	Provisão para Contingências	6.373	85.167
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	50.121	44.855
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	146.504	150.885
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	6.749	12.594
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento	33.273	26.315
6.01.01.14	Variações Cambiais, líquidas	1.471	-1
6.01.01.15	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.432	2
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.001	4.520
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	1.460	490
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	373	-194
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	109.641	-179.948
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-554	-86.253
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-6.092	15.095
6.01.02.03	Estoques	-2.530	-4.684
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-5.819	-90.343
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	-9.307	-20.820
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	-21.955	3.548
6.01.02.07	Contratos de Concessão	-31.414	-29.421
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	338.212	6.259
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	174.238	43.426
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	-48	-290
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	-3.150	-3.150
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-309.092	0
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-12.848	-13.315
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-706.499	-752.489
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-705.406	-752.489
6.02.02	Aplicação no Investimento	-1.093	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	70.952	-372.496
6.03.01	Financiamentos Obtidos	762.073	566.613
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-170.167	-341.511
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-143.084	-142.743
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-58.760	-61.060
6.03.05	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-12.443	-270
6.03.06	Depósitos Vinculados	-3.184	768
6.03.07	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-303.483	-394.293
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	689.322	-69.149

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274.059	326.624
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	963.381	257.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.145.048	0	-1.218.980	-150.687	0	-224.619
5.04.01	Aumentos de Capital	1.145.048	0	-1.145.048	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-73.932	0	0	-73.932
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.687	0	-150.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	709.152	-4.161	704.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	704.991	0	704.991
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.161	-4.161	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	5.968	-5.968	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.029	2.029	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	336	-336	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-114	114	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.087.787	558.465	11.897	6.654.286

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.851.089	0	2.689.041	0	177.058	5.717.188
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.851.089	0	2.689.041	0	177.058	5.717.188
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-211.907	-174.165	0	-386.072
5.04.06	Dividendos	0	0	-211.907	0	0	-211.907
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-174.165	0	-174.165
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	698.273	-4.560	693.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	693.713	0	693.713
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.560	-4.560	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	6.216	-6.216	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	-2.114	2.114	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	693	-693	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-235	235	0
5.07	Saldos Finais	2.851.089	0	2.477.134	524.108	172.498	6.024.829

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	3.739.948	3.585.785
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.830.617	3.636.378
7.01.02	Outras Receitas	-34.387	-35.770
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-56.282	-14.823
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.079.335	-1.097.511
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-446.136	-419.641
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-579.328	-578.028
7.02.04	Outros	-53.871	-99.842
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.660.613	2.488.274
7.04	Retenções	-267.870	-251.337
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-267.870	-251.337
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.392.743	2.236.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.289	38.835
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.001	-4.520
7.06.02	Receitas Financeiras	44.290	43.355
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.435.032	2.275.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.435.032	2.275.772
7.08.01	Pessoal	870.873	754.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	490.064	508.113
7.08.01.02	Benefícios	346.210	212.271
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.599	33.923
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	669.827	646.721
7.08.02.01	Federais	666.958	643.911
7.08.02.02	Estaduais	424	443
7.08.02.03	Municipais	2.445	2.367
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	189.341	181.031
7.08.03.01	Juros	186.239	177.802
7.08.03.02	Aluguéis	3.102	3.229
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	704.991	693.713
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	150.687	174.165
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	554.304	519.548

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de setembro de 2020:

Contratos (% da Receita Total)*					Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remanescente de concessão	Tipo de Contrato	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	22,6%	27,8 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	96,1%	829,1	797,1
Londrina	7,2%	25,8 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	95,8%	252,4	238,6
Maringá	5,3%	19,9 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	166,9	182,7
Ponta Grossa	3,6%	5,5 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	91,5%	148,2	134,2
Cascavel	3,5%	4,2 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	128,0	133,7
Foz do Iguaçu	3,3%	23,4 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	78,0%	113,9	90,2
São José dos Pinhais	2,8%	23,3 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	75,2%	117,0	89,1
Colombo	1,8%	27,6 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	66,1%	85,6	57,7
Guarapuava	1,7%	22,1 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	85,2%	66,3	55,2
Toledo	1,5%	4,9 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	82,3%	59,2	46,9
Demais Municípios	46,7%						2.092,5	1.254,6
Totais					100,0%	74,7%	4.059,1	3.080,0

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e a cobertura com coleta de esgoto é de 74,7% da população urbana na área de concessão, com um índice de tratamento de 100%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 30 de setembro de 2020.

O número de ligações de água em setembro de 2020 é 2,2% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2019, representando um incremento de 70.724 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	SET/20 (1)	%	SET/19 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	2.953.141	90,9	2.885.600	90,8	2,3
Comercial	231.227	7,1	228.498	7,2	1,2
Industrial	13.154	0,4	13.012	0,4	1,1
Utilidade Pública	23.717	0,7	23.757	0,7	-0,2
Poder Público	26.633	0,9	26.281	0,9	1,3
Totais	3.247.872	100,0	3.177.148	100,0	2,2

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O número de ligações de esgoto em setembro de 2020 é 3,7% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2019, representando acréscimo de 81.726 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	SET/20 (1)	%	SET/19 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.061.429	90,5	1.983.798	90,3	3,9
Comercial	181.787	8,0	178.421	8,1	1,9
Industrial	5.519	0,2	5.377	0,2	2,6
Utilidade Pública	15.272	0,7	15.088	0,7	1,2
Poder Público	14.451	0,6	14.048	0,7	2,9
Totais	2.278.458	100,0	2.196.732	100,0	3,7

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

1.2 PRODUTIVIDADE

No 3T20, o volume medido de água tratada foi de 121,2 milhões de m³ contra 125,2 milhões de m³ no 3T19, representando uma redução de 3,3%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	106,0	105,5	0,5	326,2	321,3	1,5
Comercial	8,4	10,4	-19,2	26,9	31,2	-13,8
Industrial	2,5	3,0	-16,7	8,0	8,7	-8,0
Utilidade Pública	1,0	1,4	-28,6	3,4	4,0	-15,0
Poder Público	3,3	5,0	-34,0	11,5	14,6	-21,2
Totais	121,2	125,3	-3,3	376,0	379,8	-1,0

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

No 3T20 o volume faturado de água tratada foi de 127,6 milhões de m³, contra 130,8 milhões de m³ no 3T19, representando uma redução de 2,4%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	110,9	109,7	1,1	339,4	333,5	1,8
Comercial	9,3	11,2	-17,0	29,6	33,5	-11,6
Industrial	3,2	3,6	-11,1	9,6	10,6	-9,4
Utilidade Pública	0,8	1,2	-33,3	2,8	3,4	-17,6
Poder Público	3,4	5,1	-33,3	11,8	14,8	-20,3
Totais	127,6	130,8	-2,4	393,2	395,8	-0,7

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 3T20 apresentou uma redução de 2,4% em comparação ao 3T19, conforme demonstrado a seguir:

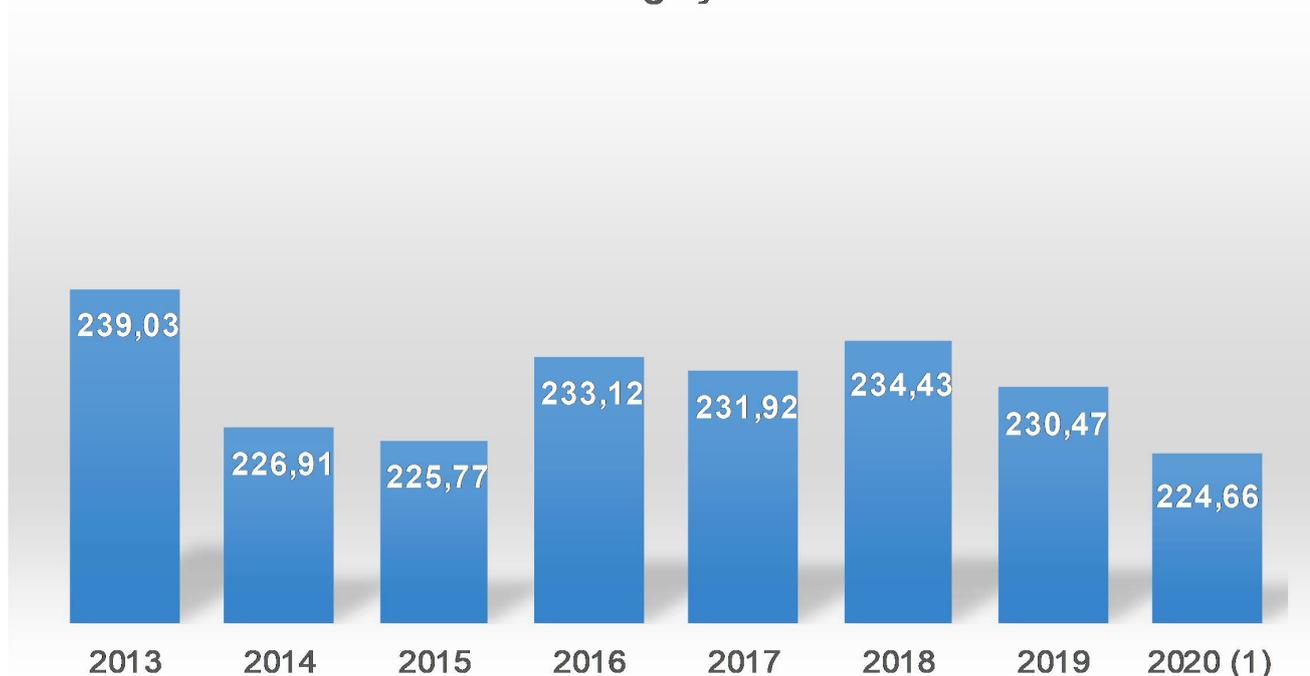
Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	84,0	82,5	1,8	256,8	248,7	3,3
Comercial	8,1	10,4	-22,1	26,4	30,7	-14,0
Industrial	0,8	0,9	-11,1	2,2	2,6	-15,4
Utilidade Pública	0,7	1,0	-30,0	2,4	2,8	-14,3
Poder Público	2,6	3,8	-31,6	9,0	11,2	-19,6
Totais	96,2	98,6	-2,4	296,8	296,0	0,3

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO *

Litros/Ligação/Dia



* Informação não revisada pelos auditores independentes.

(1) Valores acumulados de Janeiro a Setembro de 2020.

Água*	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. (1/2)	3T18 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.059.051	3.975.705	2,1 %	3.904.196	1,8 %
Nº de estações de tratamento	168	170	-1,2 %	166	2,4 %
Nº de poços	1.241	1.226	1,2 %	1.179	4,0 %
Nº de captações de superfície	230	229	0,4 %	230	-0,4 %
Km de rede assentada	56.382	55.131	2,3 %	53.808	2,5 %
Volume Produzido (m³)	575.717.822	580.856.787	-0,9 %	567.774.838	2,3 %
Índice de Perdas:					
No sistema distribuidor - %	34,69	34,63	0,06 p.p.	34,94	-0,31 p.p.
No faturamento - %	31,71	31,87	-0,16 p.p.	32,27	-0,40 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	2,90	1,58	1,32 p.p.	1,10	0,48 p.p.

Esgoto*	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. (1/2)	3T18 (3)	Var. % (3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.080.026	2.972.998	3,6 %	2.855.124	4,1 %
Nº de estações de tratamento	253	247	2,4 %	243	1,6 %
Km de rede assentada	37.914	36.624	3,5 %	35.655	2,7 %
Volume coletado em m³	282.632.025	283.112.819	-0,2 %	270.406.204	4,7 %

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CRISE HÍDRICA E VOLUMES DISPONÍVEIS

Em 07/05/2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 4.626, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná, pelo prazo de 180 dias.

Devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva, a Companhia está praticando como ação mitigadora, rodízio de 36 horas por 36 horas. O fornecimento de água é durante 36 horas, com interrupção de 24 horas e prazo de 12 horas para normalização, embora o Decreto de Emergência Hídrica permita até 24 horas para normalização.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. No fechamento do trimestre, o volume médio de reservação, estava em 29,8%.



2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	758,5	768,7	-1,3	2.316,4	2.196,6	5,5
Receita de Esgoto	449,4	455,0	-1,2	1.380,2	1.293,9	6,7
Receita de Serviços	30,3	37,5	-19,2	88,8	106,6	-16,7
Receita de Resíduos Sólidos	2,8	2,7	3,7	8,9	8,7	2,3
Serviços Prestados aos Municípios	5,2	4,6	13,0	15,1	13,5	11,9
Doações Efetuadas por Clientes	5,0	3,9	28,2	15,7	13,3	18,0
Outras Receitas	2,7	1,3	107,7	5,5	3,8	44,7
Total Receita Operacional	1.253,9	1.273,7	-1,6	3.830,6	3.636,4	5,3
COFINS	-71,8	-72,7	-1,2	-220,1	-208,1	5,8
PASEP	-15,5	-15,7	-1,3	-47,7	-45,1	5,8
Totais das Deduções	-87,3	-88,4	-1,2	-267,8	-253,2	5,8
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.166,6	1.185,3	-1,6	3.562,8	3.383,2	5,3

A receita operacional líquida reduziu 1,6%, passando de R\$1.185,3 milhões no 3T19 para R\$1.166,6 milhões no 3T20, esta redução é decorrente da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, resultante da situação de emergência hídrica que vigora no Estado do Paraná que demandou ações mitigadoras devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-396,9	-279,4	42,1	-953,4	-804,0	18,6
Materiais	-50,3	-54,3	-7,4	-158,0	-142,9	10,6
Energia Elétrica	-104,2	-121,6	-14,3	-339,3	-346,1	-2,0
Serviços de Terceiros	-164,0	-160,9	1,9	-483,8	-454,1	6,5
Depreciações e Amortizações	-91,6	-85,3	7,4	-267,9	-251,4	6,6
Perdas na Realização de Créditos	-29,5	-3,3	793,9	-56,3	-14,8	280,4
Valor Realizável Líquido de Estoque	-0,3	0,0	-	-2,1	0,0	-
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Amb.	-14,3	-16,4	-12,8	-49,3	-46,8	5,3
Taxa de Regulação	-6,3	-5,6	12,5	-19,0	-16,8	13,1
Indenizações por Danos a Terceiros	-2,1	-5,2	-59,6	-10,4	-13,1	-20,6
Despesas Capitalizadas	20,9	26,2	-20,2	60,7	77,9	-22,1
Provisões para Contingências	-0,9	-21,9	-95,9	-6,4	-85,2	-92,5
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-16,7	-15,0	11,3	-50,1	-44,9	11,6
Programa de Participação nos Resultados	-3,7	-26,3	-85,9	-42,5	-76,4	-44,4
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	0,1	0,0	-	-37,2	-28,7	29,6
Baixas de Ativos, líquidas	1,8	-3,2	-156,3	3,2	-6,5	-149,2
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	-0,2	0,1	-300,0	-0,4	0,2	-300,0
Resultado Equivalência Patrimonial	0,1	-2,3	-104,3	-2,0	-4,5	-55,6
Outros Custos e Despesas	-7,9	-10,5	-24,8	-31,3	-36,0	-13,1
Totais	-866,0	-784,9	10,3	-2.445,5	-2.294,1	6,6

Os custos e despesas operacionais no 3T20 tiveram um crescimento de 10,3% em relação ao 3T19.

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

• **Pessoal**

Crescimento de 42,1%, em função de: i) Reajuste Salarial de 3,92% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2020/2022 (data base março de 2020); ii) Reajuste de 7,64% do SANESAÚDE em junho de 2020; iii) Adesão de 534 empregados ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, no período de março a setembro de 2020, no montante de R\$127,8 milhões; e iv) Acordo Coletivo 2019/2020, impactando integralmente em 2020;

• **Materiais**

Redução de 7,4%, principalmente, em material de expediente, uso e consumo, manutenção de conservação e manutenção de bens administrativos, material de manutenção eletromecânica, combustíveis e lubrificantes e material de manutenção de redes;

• **Serviços de Terceiros**

Crescimento de 1,9% principalmente, em serviços técnicos profissionais, serviços de cadastro e faturamento, serviços de comunicação e transmissão de dados, fretes e carretos, serviços técnicos operacionais, serviços de remoção de resíduos sólidos e serviços de atendimento ao cliente;

• **Depreciações e Amortizações**

Acréscimo de 7,4%, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de janeiro a setembro de 2020, no montante de R\$703,6 milhões (líquido das amortizações e baixas);

• **Perdas na Realização de Créditos**

Acréscimo de 793,9%, influenciado principalmente pelo crescimento das provisões de perdas das contas a receber de clientes particulares no montante de R\$27,0 milhões e também pela contabilização do montante de R\$1,0 milhão referente a estimativa de perdas esperadas sobre créditos, conforme estudos sobre a queda na arrecadação provocada pelo cenário econômico atual, provocado pela Pandemia devido ao COVID-19;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras						
Aplicações Financeiras	5,1	6,3	-19,0	17,8	20,1	-11,4
Variações Monetárias Ativas	2,0	2,5	-20,0	7,5	7,1	5,6
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	0,4	0,0	100,0	1,4	0,0	100,0
Outras Receitas Financeiras	6,1	6,1	0,0	17,6	16,2	8,6
Totais das Receitas Financeiras	13,6	14,9	-8,7	44,3	43,4	2,1
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos Mercantis	-62,3	-56,9	9,5	-165,5	-162,0	2,2
Variações Monetárias Passivas	-7,7	-1,1	600,0	-6,4	-11,9	-46,2
Variações Cambiais Passivas	-0,5	0,0	-	-1,5	0,0	100,0
Outras Despesas Financeiras	-0,5	-0,9	-44,4	-12,8	-3,9	228,2
Totais das Despesas Financeiras	-71,0	-58,9	20,5	-186,2	-177,8	4,7
Resultado Financeiro	-57,4	-44,0	30,5	-141,9	-134,4	5,6

O resultado financeiro variou negativamente em 30,5% passando de -R\$44,0 milhões no 3T19 para -R\$57,4 milhões no 3T20, decorrente do crescimento das despesas financeiras em 20,5%, principalmente em despesas com juros e taxas de financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos, passando de R\$ 56,9 milhões para R\$ 62,3 milhões no 3T19 e 3T20, respectivamente e em variações monetárias de empréstimos e financiamentos, passando de despesa de R\$ 1,1 milhão no 3T19 para despesa de R\$ 7,7 milhões no 3T20 decorrente do crescimento do índice IPCA em comparação ao mesmo período de 2019.

Resultado Econômico - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	300,6	400,4	-24,9	1.117,3	1.089,1	2,6
Resultado Financeiro	-57,4	-44,0	30,5	-141,9	-134,4	5,6
Tributos sobre o Lucro	-78,6	-112,8	-30,3	-270,4	-261,0	3,6
Lucro Líquido	164,6	243,6	-32,4	705,0	693,7	1,6

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$164,6 milhões no 3T20, 32,4% abaixo do resultado líquido de R\$243,6 milhões registrado no 3T19. O resultado foi impactado pelo crescimento de 10,3% dos custos e despesas operacionais, principalmente em função do Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e pela redução de 1,6% da receita operacional líquida.

A seguir apresentamos a reclassificação do resultado do 3T20 excluindo os itens não recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões *	3T20	3T19	9M20	9M19
Lucro Líquido	164,6	243,6	705,0	693,7
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	111,3	-	127,8	-
Despesas de AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais devido alteração vida útil de bens	-	-	11,1	-
Reequilíbrio Econômico-Financiero do Consórcio DM/LFM/SEF	-	-	15,2	-
Efeitos Tributários	-37,8	-	-52,4	-
Lucro Líquido Proforma	238,1	243,6	806,7	693,7
Margem Líquida de itens não recorrentes	20,4	20,6	22,6	21,3
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	503,5	485,7	1.539,3	1.369,2
Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	43,2	41,0	43,2	40,5

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Remuneração de Pessoal	356,5	262,6	35,8	870,9	754,3	15,5
Remuneração a Governos (Tributos)	211,5	245,4	-13,8	669,8	646,7	3,6
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	1,1	1,2	-8,3	3,1	3,2	-3,1
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	71,1	58,9	20,7	186,2	177,8	4,7
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	0,0	0,0	0,0	150,7	174,2	-13,5
Lucro Líquido do Período não distribuído	164,6	243,7	-32,5	554,3	519,6	6,7
Total da Riqueza Econômica	804,8	811,8	-0,9	2.435,0	2.275,8	7,0

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar num mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.166,6	1.185,3	-1,6 %	3.562,8	3.383,2	5,3 %
Lucro Operacional	300,6	400,4	-24,9 %	1.117,3	1.089,1	2,6 %
Lucro Líquido	164,6	243,6	-32,4 %	705,0	693,7	1,6 %
% Margem Operacional	19,4	28,0	-8,6 p.p.	25,5	26,3	-0,8 p.p.
% Margem Líquida	14,1	20,6	-6,5 p.p.	19,8	20,5	-0,7 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	2,5	4,1	-1,6 p.p.	11,0	11,8	-0,8 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	-	-	-	1,3	1,6	-0,3 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 3T20, os ativos totais da Companhia atingiram R\$13.119,2 milhões (R\$11.939,6 milhões em 31/12/2019), enquanto as dívidas totais ao final do 3T20 eram de R\$6.464,9 milhões (R\$5.765,7 milhões em 31/12/2019).

Do montante da dívida total, R\$3.664,4 milhões (R\$3.080,4 milhões em 31/12/2019) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando acréscimo de 19,0% em relação ao final do exercício de 2019.

	Referência	SET/20	DEZ/19	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	6.654,3	6.173,9	7,8 %
Valor Patrimonial da Ação	R\$	4,40	12,26	-64,1 %
Grau de Endividamento *	%	49,3	48,3	1,0 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,17	0,91	28,6 %
Liquidez Seca *	R\$	1,13	0,87	29,9 %

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 3T20, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$392,2 milhões, contra R\$485,7 milhões no 3T19. A margem EBITDA passou de 41,0% para 33,6%. Essa queda do desempenho ocorreu pelo crescimento de 10,7% dos custos e despesas que impactam o EBITDA, principalmente em função do Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, e pela redução de 1,6% da receita líquida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A geração de caixa operacional no 3T20 foi de R\$418,1 milhões, crescimento de 7,6% em relação ao 3T19. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 106,6%.

EBITDA - R\$ milhões *	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido do Período	164,6	243,6	-32,4 %	705,0	693,7	1,6 %
(+) Tributos sobre o Lucro	78,6	112,8	-30,3 %	270,4	261,0	3,6 %
(+) Resultado Financeiro	57,4	44,0	30,5 %	141,9	134,4	5,6 %
(+) Depreciações e Amortizações	91,6	85,3	7,4 %	267,9	251,4	6,6 %
EBITDA	392,2	485,7	-19,3 %	1.385,2	1.340,5	3,3 %
% Margem EBITDA	33,6	41,0	-7,4 p.p.	38,9	39,6	-0,7 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	106,6	80,0	26,6 p.p.	95,6	78,8	16,8 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 3T20 foram de R\$258,8 milhões (R\$288,5 milhões no 3T19), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	3T20 (1)	3T19 (2)	Var. % (1/2)	9M20 (3)	9M19 (4)	Var. % (3/4)
Água	131,9	122,4	7,8	333,1	333,0	0,0
Esgoto	106,3	128,8	-17,5	317,3	332,5	-4,6
Outros Investimentos	20,6	37,3	-44,8	55,0	87,0	-36,8
Totais	258,8	288,5	-10,3	705,4	752,5	-6,4

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$3.080,4 milhões em dezembro de 2019 para R\$3.664,4 milhões em setembro de 2020, representando um crescimento de R\$584,0 milhões. A dívida líquida passou de R\$2.806,3 milhões em dezembro de 2019 para R\$2.701,0 milhões em setembro de 2020. Até este trimestre houve liberação de R\$350,0 milhões referente à 10ª Emissão de Debêntures e a captação de R\$ 200,0 milhões, mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB junto ao Banco BTG Pactual S.A.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” reduziu de 1,6x para 1,3x no 3T19 e 3T20, respectivamente.

O grau de endividamento ficou em 49,3% no fechamento do 3T20 (47,9% no 3T19).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de setembro de 2020:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/07/2042	1.130,2	30,8
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	343,4	9,4
BNDES - PAC2	TJPL + 1,67% e 2,05%	-	15/07/2029	309,2	8,4
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	279,9	7,6
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	11/06/2024	200,4	5,5
Banco BTG Pactual	DI + 2,75%	-	13/06/2022	198,6	5,4
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	163,5	4,5
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	21/06/2023	155,8	4,3
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	151,8	4,1
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	21/06/2021	95,5	2,6
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	91,5	2,5
Arrendamento Direito de Uso	4,09%	-	30/09/2025	86,9	2,4
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	15/09/2024	76,8	2,1
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	15/11/2020	73,4	2,0
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	65,3	1,8
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	4,79%	IPCA	15/11/2038	56,3	1,5
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	49,0	1,3
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	5,20%	IPCA	15/11/2038	45,6	1,2
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	24,7	0,7
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	20,0	0,6
BNDES	TJLP + 1,82%	-	15/01/2023	17,9	0,5
Banco Itaú PSI	3,0% a 6,0%	-	15/01/2025	12,5	0,3
Banco do Brasil - PSI	3,0% a 6,0%	-	15/04/2024	9,9	0,3
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	6,3	0,2
Totais				3.664,4	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
12 meses	560,6	15,3
24 meses	352,3	9,6
36 meses	382,7	10,4
60 meses	583,0	15,9
Acima de 60 meses	1.785,8	48,8
Totais	3.664,4	100,0

3. REGULAÇÃO

A Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito virgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois virgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

A estimativa do valor a receber decorrente da diferença entre a Receita Requerida e a Receita Verificada será mensurada e divulgada durante todo o período do diferimento, e até 30 de setembro de 2020, a melhor estimativa, representa R\$1,565 bilhão. Em termos reais, do índice 25,63% a ser reposicionado em 2017, integrou a tarifa da Companhia 13,16%, restando ainda 11,02% a ser diferido até 2024.

Conta de variação da Parcela A (CVA)

A conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela “A” corresponde à compensação da soma das diferenças mensais, positivas ou negativas, calculadas em função das variações dos custos de energia elétrica, produtos químicos e encargos setoriais, corrigidos pelo IPCA.

A CVA é determinada a partir do custo histórico verificado no período $t - 1$ para os três componentes supracitados e repassadas via reajustes no período t . No entanto, a formulação básica do reajuste tarifário, não garante o repasse (pass through) perfeito dos custos não gerenciáveis para o consumidor, uma vez que não considera, por exemplo, a diferença entre o mercado de referência e o mercado de aplicação.

Como o cálculo do reajuste tarifário pressupõe que no período seguinte ocorrerá exatamente o mesmo volume (m^3) verificado no cálculo do reajuste, ao final do período t o saldo da CVA seria zero.

No acumulado até setembro de 2020 a CVA da Companhia apurou de forma gerencial um saldo positivo de R\$79,5 milhões, que a Sanepar deverá recuperar, via tarifa.

EBITDA Ajustado com itens não gerenciáveis - Não revisado pelos auditores independentes

A Companhia está divulgando pró-forma o EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis como métrica para analisar os impactos da compensação dos itens da parcela “A” (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos) do modelo tarifário.

O EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis é uma medição não contábil e não deve ser considerado isoladamente como um indicador operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou capacidade da dívida da Companhia.

A seguir apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado partindo do EBITDA, que segue a ICVM 527/12, considerando os valores estimados dos itens não gerenciáveis, acumulados até 30 de setembro de 2020:

EBITDA - R\$ milhões *	9M20
EBITDA	1.385,2
(+) Itens não gerenciáveis	79,5
Energia Elétrica	13,3
Material de Tratamento	42,7
Taxas e Encargos	23,5
(=) EBITDA ajustado com itens não gerenciáveis	1.464,7
% Margem EBITDA Ajustada de itens não gerenciáveis	41,4

* Informação não revisada pelos auditores independentes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reajuste Tarifário

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR) homologou em 16 de abril de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 006/2019, o Índice Reajuste Tarifário (IRT) de 12,12944% sobre os serviços prestados a ser aplicado a partir de 17 de maio de 2019 e aprovou também a aplicação da Tabela de Tarifas de Saneamento.

Em decorrência da medida cautelar deferida por meio da decisão monocrática materializada no Despacho 478/19-GCFAMG, face à tomada de contas extraordinária do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (Processo nº 312857/19), o reajuste homologado pela AGEPAR foi aplicado parcialmente em 8,37135% (oito inteiros e trinta e sete mil, cento e trinta e cinco centésimos de milésimos), pró rata die a partir de 24 de maio de 2019.

Em 23 de outubro de 2019, o TCE/PR revogou a medida cautelar proferida nos autos nº 312857/19 e reestabeleceu o percentual de reajuste fixado pela AGEPAR, desta forma a Sanepar aplicou o diferencial de 3,76% corrigido, a partir de 11 de novembro de 2019.

A Companhia registrou entre novembro de 2019 até o mês de maio de 2020, o faturamento no montante de R\$82 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76%, finalizando as diferenças de reajuste não aplicado na data base de 2019.

A Companhia protocolou em 18 de fevereiro de 2020 o pedido de Índice de Reajuste Tarifário (IRT) 2020 junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), com previsão da homologação até dia 17 de abril de 2020 e aplicação a partir de 17 de maio de 2020, no entanto, o Conselho Diretor da AGEPAR aprovou em 17 de abril de 2020, por meio da Reunião Extraordinária nº 009/2020/RCDE, a suspensão da aplicação de reajustes tarifários por 60 (sessenta) dias, devido a pandemia do COVID-19. Em 9 de julho de 2020, por meio da Portaria 017/2020, a AGEPAR prorrogou a suspensão por mais 60 dias, a partir de 17 de junho de 2020.

Em reunião realizada em 25 de agosto de 2020, a AGEPAR decidiu pela aprovação do percentual do reajuste tarifário anual de 9,6299%, conforme resolução nº 19/2020, cuja aplicação se daria a partir de 31 de outubro de 2020. Porém, em 01 de setembro de 2020, a AGEPAR deliberou, em reunião extraordinária, pela suspensão dos efeitos da resolução nº 19/2020, em virtude de procedimento de mediação estabelecido pela AGEPAR entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia. A forma de recomposição dos valores resultantes da suspensão do reajuste será definida oportunamente pela AGEPAR.

4. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A Companhia divulgou os impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na Nota Explicativa 30 das Demonstrações Contábeis Intermediárias do 3º Trimestre de 2020.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, além de proteção do meio ambiente e seus recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades e os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 10 (2,9%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 54 (15,6%) vencem de 2020 a 2029 e 282 (81,5%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2030. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2020.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive, neste trimestre avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na Nota Explicativa 30. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as informações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2020 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo registro contábil das perdas esperadas de contas a receber de clientes conforme apresentado na Nota Explicativa 6.

Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:

[Novos IFRS e interpretações do IFRIC \(Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB\)](#) – As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas;

[Alteração das normas IAS 1](#) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

[Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020](#) – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 30 de setembro de 2020 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 8 e 19. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Notas Explicativas

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$9.108 e R\$18.216 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	4.472	(4.472)	8.944	(8.944)
Ativos		4.472	(4.472)	8.944	(8.944)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(740)	740	(1.480)	1.480
BNDES	TJLP	(180)	180	(360)	360
BNDES-PA C2	TJLP	(1.619)	1.619	(3.238)	3.238
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(1.033)	1.033	(2.066)	2.066
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(400)	400	(800)	800
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(304)	304	(608)	608
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.426)	1.426	(2.852)	2.852
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(414)	414	(828)	828
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(344)	344	(688)	688
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(1.555)	1.555	(3.110)	3.110
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.135)	2.135	(4.270)	4.270
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(80)	80	(160)	160
Arrendamento Financeiro	IPC-FIPE	(1.845)	1.845	(3.690)	3.690
Arrendamento Direito de Uso	DI	(1.505)	1.505	(3.010)	3.010
Passivos		(13.580)	13.580	(27.160)	27.160
Efeitos no Lucro antes da tributação		(9.108)	9.108	(18.216)	18.216

Os índices considerados para o período de 12 meses foram, TR de 0,00% e a TJLP de 5,13% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 3,14% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 3,54% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 4,34% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 7,458% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para o fim do ano de 2020, data base 30/09/2020, em relação a taxa PTAX informada na mesma data.

Considerando o valor nominal de € 1.086 mil (R\$7.180 mil), o valor da cotação do euro como R\$ 6,6132 para 30 de setembro de 2020 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$ 1,1724 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$ 5,6407, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 7,458%)	536	(1.795)	1.795	(3.590)	3.590

Notas Explicativas

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando o mesmo ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na nota explicativa 13.

Em 30/09/2020 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nominal EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	39	26	13
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	427	296	131
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	78	53	25
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	2.442	1.701	741
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	4.195	3.667	528
TOTAL				1.082	7.181	5.743	1.438

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o período findo em 30 de setembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	3.664.388	3.080.431
Caixa e Equivalentes de Caixa	(963.381)	(274.059)
Dívida Líquida	2.701.007	2.806.372
Patrimônio Líquido	6.654.286	6.173.914
EBITDA Acumulado 12 Meses *	2.016.427	1.971.727
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,41	0,45
Relação Dívida Líquida/EBITDA *	1,34	1,42

* Informação do EBITDA (Instrução CVM nº 527/12) não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	947.801	257.181
Ativo Financeiro - SWAP	7.181	2.040
Depósitos Vinculados	61.787	58.603
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	15.580	16.878
Contas a Receber de Clientes, líquido	773.834	829.562
Ativos Financeiros Contratuais	473.144	435.209
Totais	2.279.327	1.599.473
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Passivo Financeiro - SWAP	5.743	2.065
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	3.664.388	3.080.431
Empreiteiros e Fornecedores	192.490	214.445
Contratos de Concessão	-	31.414
Totais	3.862.621	3.328.355

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos Bancários Livres	676	4.516
Depósitos Bancários Vinculados	14.904	12.362
	15.580	16.878
Aplicações Financeiras	947.801	257.181
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	963.381	274.059

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 101,65% do CDI (100,31% em 2019). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a novas captações (10ª emissão de debêntures R\$350.000 e CCB R\$200.000) e postergação de pagamento de tributos, referente aos meses de abril, maio e junho de 2020, conforme permitido pela legislação.

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Contas a Receber Vincendas	279.706	288.080
Contas a Receber de Parcelamentos (1)	53.986	120.113
Ajuste a Valor Presente	(3.199)	(4.088)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	185.093	212.452
	515.586	616.557
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	130.539	146.804
De 31 a 60 dias	49.064	34.697
De 61 a 90 dias	28.416	12.816
De 91 a 180 dias	59.786	22.404
Mais de 180 dias	242.708	192.771
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(252.265)	(196.487)
	258.248	213.005
Totais de Contas a Receber, líquidas	773.834	829.562
Circulante	755.954	809.736
Não Circulante	17.880	19.826

(1) Em dezembro de 2019 foi realizada provisão da estimativa de receita no montante de R\$61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019, que foi efetivamente faturado nos meses de janeiro a abril de 2020.

Destacamos que, em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descritos na Nota Explicativa 30, complementarmente à provisão para Perdas na Realização de Créditos, conforme prática contábil adotada pela Companhia e descrita na Nota Explicativa 6 às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019, a Companhia constituiu até o 3º trimestre de 2020 provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes particulares no montante de R\$7.028, considerando a melhor estimativa para o momento.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/09/2020	31/12/2019
Prefeituras Municipais	91.997	(53.805)	(2.640)	35.552	48.703
Particulares	922.650	(198.460)	(559)	723.631	767.003
Setor Federal	1.061	-	-	1.061	1.723
Setor Estadual	13.590	-	-	13.590	12.133
Saldos no Final do Período	1.029.298	(252.265)	(3.199)	773.834	829.562

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Saldos no Início do Período	(196.487)	(175.956)
Valores Registrados como Despesa *	(56.282)	(20.850)
Baixas, Líquidas das Recuperações	504	319
Saldos no Final do Período	(252.265)	(196.487)

* Crescimento decorrente de contas vencidas de clientes particulares

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Clientes Particulares	198.460	147.417
Prefeituras Municipais	53.805	49.070
Totais	252.265	196.487

Notas Explicativas

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Saldos no Início do Período	(4.088)	(4.723)
Ajuste a Valor Presente	889	635
Saldos no Final do Período	(3.199)	(4.088)

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.976	2.855
Reservas mantidas na CAIXA (1)	56.811	55.748
Totais	61.787	58.603
Circulante	4.976	2.855
Não Circulante	56.811	55.748

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos a Empregados	32.115	13.317
Pagamentos Reembolsáveis	12.618	17.909
Depósitos Dados em Garantia	1.669	1.740
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	47.474	48.881
Despesas Antecipadas	1.000	3.468
Títulos e Outros Créditos	632	886
Totais	95.508	86.201
Circulante	49.330	37.642
Não Circulante	46.178	48.559

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

9. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2019	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	30/09/2020
Investimento Não Amortizado	1.213.062	93.605	-	-	1.306.667
Ajuste a Valor Presente	(777.853)	(57.623)	13.014	(11.061)	(833.523)
Totais	435.209	(a) 35.982	13.014	(11.061)	473.144

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 12c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 21 e 30 anos.

Notas Explicativas

10. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2019	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	30/09/2020
Projetos e Obras em Andamento	1.642.497	621.089	15.981	391	(621.435)	1.658.523
Estoques para Obras	114.217	(3.922)	-	-	-	110.295
Totais	1.756.714	617.167	15.981	391	(621.435)	1.768.818

Até o 3º trimestre de 2020 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$617.167 (R\$679.586 no mesmo período de 2019), decorrente de ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Cascavel, Laranjeiras do Sul, Umuarama, Guarapuava e Telêmaco Borba, construção da Barragem Miringuava em São José dos Pinhais e de ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Londrina, Curitiba, Paranaíba, União da Vitória e São José dos Pinhais.

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2020 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$15.981 (R\$16.264 no mesmo período de 2019). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 10,4%.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	250	-
Outros Investimentos	2.192	2.671
Totais	2.442	2.671

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$35.008 registrado em seu Capital Social e R\$50 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Notas Explicativas

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	30/09/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	3.187	2.191
Ativo Não Circulante	61.181	65.777
• Imobilizado	44.178	42.685
• Arrendamento	14.899	16.148
• Outros	2.104	6.944
Ativo Total	64.368	67.968
Passivo Circulante	10.391	11.231
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	7.464	7.651
• Outros	2.927	3.580
Passivo Não Circulante	12.619	11.000
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	12.619	11.000
Patrimônio Líquido	41.358	45.737
Passivo Total	64.368	67.968
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	30/09/2020	31/12/2019
Receitas	8.934	4.335
(-) Despesas Operacionais	(10.231)	(15.021)
Resultado Financeiro	(3.707)	(3.459)
Resultado Antes dos Impostos	(5.004)	(14.145)
Prejuízo do Período	(5.004)	(14.145)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	-	20.479
Aportes Financeiros	1.199	2.525
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(2.001)	(5.658)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	1.052	(17.346)
Saldo no final do período	250	-

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 e CPC 01, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2019 o teste de recuperabilidade (*"impairment test"*) deste investimento, e concluiu, considerando o histórico de prejuízos e que fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, demonstrando que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, e este valor está sendo ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período. No encerramento do exercício social a Companhia irá realizar novo teste de recuperabilidade deste investimento.

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$417, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 30/09/2020 equivalem a R\$2.192.

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****a) Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2020	31/12/2019
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Administração	351.665	(141.162)	210.503	209.454
Outras Imobilizações	1.312	(972)	340	1.202
Direito de Uso em Arrendamento	138.206	(67.830)	70.376	87.060
Totais	491.183	(209.964)	281.219	297.716

Por Natureza				30/09/2020	31/12/2019
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.931	-	2.931	2.929
Construções Cíveis	*1,84%	106.182	(19.277)	86.905	82.017
Benfeitorias	*2%	2.364	(770)	1.594	1.383
Instalações	*5,83%	9.685	(2.961)	6.724	6.354
Equipamentos	*6,23%	80.084	(29.840)	50.244	50.950
Móveis e Utensílios	*7,14%	49.356	(19.997)	29.359	29.284
Equipamentos de Informática	*19,82%	40.402	(26.807)	13.595	13.356
Veículos	*13,05%	36.731	(23.836)	12.895	15.674
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.706	(18.132)	5.574	6.765
Ferramentas	*6,67%	1.470	(514)	956	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	66	-	66	958
Direito de Uso em Arrendamento	-	138.206	(67.830)	70.376	87.060
Totais		491.183	(209.964)	281.219	297.716

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2020	31/12/2019
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	4.966.727	(1.693.813)	3.272.914	3.068.726
Sistemas de Esgoto	5.337.983	(1.305.657)	4.032.326	3.820.198
Resíduos Sólidos	4.098	(3.683)	415	52
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.109	(73.234)	51.875	53.281
Outros Ativos Intangíveis	171.465	(77.031)	94.434	79.752
Direito de Uso em Arrendamento	201.109	(13.277)	187.832	201.551
Totais	10.806.491	(3.166.695)	7.639.796	7.223.560

Por Natureza				30/09/2020	31/12/2019
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	194.111	-	194.111	171.068
Poços	*3,10%	153.232	(39.989)	113.243	111.810
Barragens	*2,67%	141.664	(60.045)	81.619	83.462
Construções Cíveis	*2,59%	2.398.230	(585.045)	1.813.185	1.690.137
Benfeitorias	*2,67%	30.848	(4.273)	26.575	23.582
Tubulações	*2,64%	5.422.532	(1.458.170)	3.964.362	3.780.749
Ligações Prediais	*3,33%	794.797	(259.613)	535.184	509.841
Instalações	*5,83%	187.090	(74.079)	113.011	100.727
Hidrômetros	*10%	222.765	(92.215)	130.550	127.365
Macromedidores	*10%	6.478	(4.501)	1.977	2.039
Equipamentos	*6,23%	676.711	(309.449)	367.262	332.402
Móveis e Utensílios	*7,14%	6.560	(3.768)	2.792	2.717
Equipamento de Informática	*19,82%	89.649	(83.089)	6.560	4.477
Programas de Informática	*20%	70.587	(43.027)	27.560	18.583
Veículos	*13,05%	26.766	(19.064)	7.702	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	27.883	(21.721)	6.162	3.954
Ferramentas	*6,67%	289	(207)	82	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	173	(136)	37	22
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	28.061	(21.793)	6.268	6.659
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(73.125)	51.875	53.281
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	109	(109)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.847	-	1.847	1.392
Direito de Uso em Arrendamento	-	201.109	(13.277)	187.832	191.700
Totais		10.806.491	(3.166.695)	7.639.796	7.223.560

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamento, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

Notas Explicativas

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa 13.

Destacamos que os contratos de Arrendamentos não tiveram nenhuma alteração nos termos e condições em função do Coronavírus (COVID-19).

Em 30 de setembro de 2020 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2020	31/12/2019
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civis	2,59%	37.434	(2.042)	35.392	35.862
Tubulações	2,64%	147.315	(8.397)	138.918	141.128
Ligações Prediais	3,33%	8.227	(813)	7.414	7.620
Instalações	5,83%	309	(67)	242	257
Equipamentos	6,23%	6.013	(1.187)	4.826	5.105
Arrendamento - Litoral		199.298	(12.506)	186.792	189.972
Veículos	13,05%	59.614	(41.338)	18.276	37.036
Construções Civis	2,59%	44.473	(10.163)	34.310	32.079
Equipamentos	6,23%	676	(500)	176	412
Equipamentos de Informática	19,82%	35.253	(16.599)	18.654	19.261
Arrendamento - Direito de Uso		140.016	(68.600)	71.416	88.788
Totais		339.314	(81.106)	258.208	278.760
Imobilizado		138.205	(67.829)	70.376	87.060
Intangível		201.109	(13.277)	187.832	191.700

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$2.868 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2019	Entradas	Amortizações	30/09/2020
Arrendamento - Litoral	189.972	-	(3.180)	186.792
Veículos	37.036	664	(19.424)	18.276
Construções Civis	32.079	8.335	(6.104)	34.310
Equipamentos	412	51	(287)	176
Equipamentos de Informática	19.261	7.831	(8.438)	18.654
Saldo	278.760	16.881	(37.433)	258.208

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de Janeiro a Setembro de 2020:

Descrição	31/12/2019	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/09/2020
Imobilizado							
Terrenos	2.929	2	-	-	-	-	2.931
Construções Cíveis	82.017	387	(1.575)	(2)	6.924	(846)	86.905
Benfeitorias	1.383	-	(33)	-	244	-	1.594
Instalações	6.354	782	(412)	-	-	-	6.724
Equipamentos	50.950	2.628	(3.289)	(45)	-	-	50.244
Móveis e Utensílios	29.284	2.407	(2.260)	(149)	77	-	29.359
Equipamentos de Informática	13.356	2.133	(3.086)	(36)	177	1.051	13.595
Veículos	15.674	-	(1.728)	-	-	(1.051)	12.895
Máquinas, Tratores e Similares	6.765	332	(1.523)	-	-	-	5.574
Ferramentas	986	29	(59)	-	-	-	956
Bens Patrimoniais a Incorporar	958	(892)	-	-	-	-	66
Direito de Uso em Arrendamento	87.060	17.046	(33.730)	-	-	-	70.376
Totais Imobilizado	297.716	24.854	(47.695)	(232)	7.422	(846)	281.219
Intangível							
Terrenos	171.068	4.955	-	(24)	18.112	-	194.111
Poços	111.810	510	(1.408)	(877)	3.242	(34)	113.243
Barragens	83.462	38	(2.246)	-	368	(3)	81.619
Construções Cíveis	1.690.137	3.399	(42.379)	(635)	168.235	(5.572)	1.813.185
Benfeitorias	23.582	170	(572)	(245)	3.998	(358)	26.575
Tubulações	3.780.749	12.066	(97.449)	(674)	297.745	(28.075)	3.964.362
Ligações Prediais	509.841	212	(17.916)	(182)	44.320	(1.091)	535.184
Instalações	100.727	1.132	(8.038)	233	18.957	-	113.011
Hidrômetros	127.365	-	(14.970)	(1.804)	19.959	-	130.550
Macromedidores	2.039	-	(253)	-	191	-	1.977
Equipamentos	332.402	22.431	(20.159)	(2.250)	34.838	-	367.262
Móveis e Utensílios	2.717	270	(228)	(11)	44	-	2.792
Equipamentos de Informática	4.477	26	(905)	(14)	2.976	-	6.560
Programas de Informática	18.583	14.427	(5.146)	(304)	-	-	27.560
Veículos	7.517	1.051	(866)	-	-	-	7.702
Máquinas, Tratores e Similares	3.954	3.292	(1.084)	-	-	-	6.162
Ferramentas	76	15	(8)	(1)	-	-	82
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	22	18	(3)	-	-	-	37
Proteção e Preservação Ambiental	6.659	-	(1.448)	32	1.028	(3)	6.268
Concessão do Município de Curitiba	53.281	-	(1.406)	-	-	-	51.875
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(5)	5	-	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.392	455	-	-	-	-	1.847
Direito de Uso em Arrendamento	191.700	(182)	(3.686)	-	-	-	187.832
Total Intangível	7.223.560	64.285	(220.175)	(6.751)	614.013	(35.136)	7.639.796
Total Geral	7.521.276	89.139	(267.870)	(6.983)	(a) 621.435	(b) (35.982)	7.921.015

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 10);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 9).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descritos na Nota Explicativa 30, a Companhia reavaliou o estudo técnico realizado no encerramento do Exercício Social de 2019 e não identificou valor a ser reconhecido como perda até o 3º trimestre.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/09/2020			31/12/2019		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	73.428	-	73.428	70.916	-	70.916
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	95.521	-	95.521	20	94.966	94.986
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	99.331	99.262	198.593	-	-	-
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	879	154.885	155.764	78	154.836	154.914
BNDES	TJLP + 1,82%	-	7.710	10.215	17.925	7.732	15.961	23.693
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.385	6.494	9.879	3.388	9.022	12.410
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.353	36.657	49.010	12.394	45.821	58.215
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	19.421	57.377	76.798	21.261	75.205	96.466
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.471	48.876	65.347	16.525	61.095	77.620
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	1.293	199.068	200.361	443	199.044	199.487
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.568	8.928	12.496	3.571	11.586	15.157
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	997	150.772	151.769	346	150.760	151.106
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.299	139.203	163.502	24.394	157.102	181.496
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	13.635	77.865	91.500	13.406	86.383	99.789
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	343.409	343.409	-	-	-
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	47.653	261.580	309.233	41.687	252.149	293.836
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	10.193	269.666	279.859	9.374	268.165	277.539
Arrendamento Direito Uso	4,09%	-	47.806	39.061	86.867	48.763	49.029	97.792
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	490	45.141	45.631	286	31.141	31.427
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	577	55.698	56.275	429	48.686	49.115
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	160	19.843	20.003	103	13.576	13.679
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	186	24.553	24.739	153	21.165	21.318
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	81.256	1.048.901	1.130.157	81.944	975.487	1.057.431
Total em Reais			560.612	3.097.454	3.658.066	357.213	2.721.179	3.078.392
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	24	6.298	6.322	-	2.039	2.039
Total em Moeda Estrangeira			24	6.298	6.322	-	2.039	2.039
Saldo no Final do Período			560.636	3.103.752	3.664.388	357.213	2.723.218	3.080.431
Empréstimos e Financiamentos			242.927	1.441.678	1.684.605	138.322	1.266.244	1.404.566
Debêntures			259.710	1.353.347	1.613.057	160.754	1.139.780	1.300.534
Arrendamentos			57.999	308.727	366.726	58.137	317.194	375.331

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de EUR 50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *covenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A., Banco Santander Brasil S/A. e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 30 de setembro de 2020 houve liberação de € 1.082 mil pelo banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 114,01% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 4,04% para uma taxa de 3,54 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 30 de setembro de 2020 a taxa de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 4,09%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2019	Entradas	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2020
Arrendamento - Litoral	277.539	-	29.137	(26.816)	279.860
Arrendamento - Direito de Uso	97.792	16.881	4.137	(31.944)	86.866
Totais	375.331	16.881	33.274	(58.760)	366.726
Circulante	58.137				57.999
Não Circulante	317.194				308.727

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2020 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referentes ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	30/09/2020	31/12/2019
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	36.810	(26.617)	10.193	9.374
Mais de um ano e menos de cinco anos	146.917	(107.663)	39.254	46.797
Acima de cinco anos	390.815	(160.402)	230.413	221.368
Subtotal	574.542	(294.682)	279.860	277.539
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	51.162	(3.356)	47.806	48.764
Mais de um ano e menos de cinco anos	42.037	(2.977)	39.060	49.028
Subtotal	93.199	(6.333)	86.866	97.792
Totais	667.741	(301.015)	366.726	375.331

O passivo de arrendamentos de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação futura projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2020
Veículos	25.428
Bens Móveis	20.126
Bens Imóveis	47.252
Total	92.806

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento de direito de uso:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Veículos	9.163	13.140	4.119	-	-	-	26.422
Bens Móveis	2.955	10.299	5.288	3.034	62	51	21.689
Bens Imóveis	2.790	11.142	10.478	10.219	11.194	9.104	54.927
Total	14.908	34.581	19.885	13.253	11.256	9.155	103.038

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2020	31/12/2019
TR	1.130.157	1.057.431
TJLP	605.017	634.860
IPCA	731.783	382.710
DI	802.008	600.493
IPC-FIPE	279.859	277.539
EURO	6.322	2.039
Sem Correção Monetária	109.242	125.359
Totais	3.664.388	3.080.431

Notas Explicativas

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Arrendamento - Direito de Uso	2015 a 2020	2020 a 2025	137.263	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 326 Contratos	2003 a 2018	2042	3.410.420	-	Mensal	Mensal

Notas Explicativas

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	7.736	47.637	47.637	47.637	40.508	-	-	191.155
Debêntures 3ª Emissão	73.428	-	-	-	-	-	-	73.428
Debêntures 4ª Emissão	10.024	37.214	37.214	37.214	37.214	37.214	58.908	255.002
Debêntures 7ª Emissão	1.412	703	8.544	8.544	8.544	8.544	110.357	146.648
Debêntures 8ª Emissão	1.482	94.918	-	154.885	-	-	-	251.285
Debêntures 9ª Emissão	2.290	-	-	-	-	199.068	150.772	352.130
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	343.409	343.409
Subtotais Debêntures	96.372	180.472	93.395	248.280	86.266	244.826	663.446	1.613.057
BNDDES	1.964	7.661	7.661	639	-	-	-	17.925
BNDDES - PAC2	12.532	46.828	42.873	41.662	41.662	41.662	82.014	309.233
Banco do Brasil - PSI	858	3.369	3.369	2.093	190	-	-	9.879
Banco Itaú - PSI	910	3.542	3.542	3.056	1.420	26	-	12.496
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	132.388	66.205	-	-	-	-	198.593
Caixa Econômica Federal	23.700	76.664	72.445	62.314	66.193	70.314	758.527	1.130.157
Banco KfW	24	-	334	596	596	596	4.176	6.322
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	39.988	270.452	196.429	110.360	110.061	112.598	844.717	1.684.605
Arrendamento - Litoral	5.005	7.909	8.705	9.591	10.579	11.682	226.388	279.859
Arrendamento - Direito de Uso	24.663	28.450	16.431	11.429	4.583	1.311	-	86.867
Subtotais Arrendamentos	29.668	36.359	25.136	21.020	15.162	12.993	226.388	366.726
Totais	166.028	487.283	314.960	379.660	211.489	370.417	1.734.551	3.664.388

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	30/09/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	357.213	2.723.218	478.770	2.292.548
Liberações	-	762.073	-	659.830
Juros e Taxas	172.397	-	236.214	-
Variações Monetárias	-	14.129	-	25.137
Transferências	387.465	(387.465)	357.594	(357.594)
Amortizações	(372.011)	-	(749.537)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.309)	(9.674)	190	108
Variações Cambiais	-	1.471	-	(24)
Arrendamentos	16.881	-	33.982	103.213
Saldos no final do período	560.636	3.103.752	357.213	2.723.218

Notas Explicativas

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 3º trimestre de 2020 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(55.683)
Debêntures 3ª Emissão	-	(2.365)
Debêntures 4ª Emissão	-	(41.604)
Debêntures 7ª Emissão	29.586	(6.483)
Debêntures 8ª Emissão	-	(4.834)
Debêntures 9ª Emissão	-	(7.003)
Debêntures 10ª Emissão	350.000	(7.816)
BNDES	-	(6.811)
BNDES - PAC2	47.000	(46.149)
Banco do Brasil - PSI	-	(2.849)
Banco Itaú - PSI	-	(3.159)
Banco KfW	3.645	(22)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	200.000	(2.475)
Caixa Econômica Federal	131.842	(125.998)
Arrendamento (1)	16.881	(58.760)
Totais	778.954	(372.011)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

• Covenants de contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	3,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,6

• Covenants dos contratos da 3ª, 8ª, 9ª e 10ª Emissão de Debêntures e de Célula de Crédito Bancário - CCB

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3

• Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6

Notas Explicativas

• Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	3,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60	49,3

Para os contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e para a Célula de Crédito Bancário - CCB contratado junto ao Banco BTG Pactual, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, o Mutuário compromete-se a cumprir o tempo todo com os índices financeiros estipulados.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Imposto de Renda a Pagar	31.478	12.671
Contribuição Social a Pagar	11.882	8.682
COFINS a Pagar	72.760	31.792
PASEP a Pagar	15.776	6.895
IPTU - Parcelamento (1)	771	1.100
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	9.878	40.226
Totais dos Impostos e Contribuições	142.545	101.366
Circulante	142.307	100.770
Não Circulante	238	596

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 30/09/2020 foram quitadas 73 parcelas no montante de R\$2.323.

Notas Explicativas

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2020		30/09/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	975.410	975.410	954.745	954.745
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(243.853)	(87.787)	(238.686)	(85.927)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	37.672	13.562	43.541	15.675
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	9.770	-	8.849	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	402	-	413	-
Equivalência Patrimonial	(500)	(181)	(1.130)	(407)
Outros	405	91	(2.429)	(931)
Totais das Despesas	(196.104)	(74.315)	(189.442)	(71.590)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(270.419)		(261.032)	
Alíquota Efetiva	27,7%		27,3%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2020	30/09/2019
Imposto de Renda	(243.706)	(220.680)
Contribuição Social	(91.108)	(82.490)
Realização do Imposto de Renda Diferido	47.602	31.238
Realização da Contribuição Social Diferida	16.793	10.900
Totais	(270.419)	(261.032)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/09/2020				31/12/2019
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	833.523	208.381	75.017	283.398	264.470
Arrendamento - Litoral (Ativo)	20 anos	279.859	69.965	25.187	95.152	94.364
Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CS Bionergia	18 anos	16.293	4.073	1.466	5.539	5.897
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.286.723	321.681	115.805	437.486	420.445
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	13.128	3.282	1.182	4.464	4.763
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	10 anos	426	107	38	145	18
AVP de Contas a Receber	10 anos	3.199	800	288	1.088	1.390
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	553.045	138.261	49.774	188.035	185.869
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	86.866	21.717	7.818	29.535	33.249
Valor Realizável Líquido de Estoque	5 anos	3.395	849	306	1.155	438
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	50.562	12.640	4.551	17.191	15.677
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	7.028	1.757	632	2.389	-
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	117.814	29.453	10.603	40.056	132
Provisão para PPR	1 ano	38.366	9.591	3.453	13.044	25.141
Totais			822.557	296.120	1.118.677	1.051.853
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	787.853	196.963	70.907	267.870	255.737
Doações de Órgãos Públicos	30 anos	11.452	2.863	1.031	3.894	3.513
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	24 anos	117.192	29.298	-	29.298	30.252
Arrendamento - Litoral (Passivo)	20 anos	186.792	46.698	16.811	63.509	64.590
Reserva de Reavaliação	13 anos	99.424	24.856	8.948	33.804	35.833
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	10 anos	7.536	1.884	678	2.562	2.677
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	71.417	17.854	6.428	24.282	30.188
Totais			320.416	104.803	425.219	422.790
Total Líquido			502.141	191.317	693.458	629.063

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2020, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2020	39.538	14.234	53.772	4.630	1.554	6.184
2021	49.931	17.975	67.906	18.521	6.214	24.735
2022	54.737	19.705	74.442	18.521	6.214	24.735
2023	40.340	14.522	54.862	18.521	6.214	24.735
2024	171.919	61.891	233.810	13.027	4.236	17.263
2025 a 2027	99.520	35.827	135.347	39.082	12.709	51.791
2028 a 2030	100.036	36.013	136.049	38.879	12.635	51.514
2031 a 2033	98.799	35.567	134.366	36.442	11.758	48.200
2034 a 2036	71.993	25.917	97.910	32.384	10.297	42.681
2037 a 2039	21.074	7.587	28.661	23.763	7.194	30.957
2040 a 2042	20.838	7.502	28.340	23.763	7.194	30.957
2043 a 2045	20.838	7.502	28.340	21.243	7.194	28.437
2046 a 2048	20.838	7.502	28.340	19.983	7.194	27.177
2049 a 2051	12.156	4.376	16.532	11.657	4.196	15.853
Totais	822.557	296.120	1.118.677	320.416	104.803	425.219

Notas Explicativas

16. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2020 foi de R\$3.150 (R\$3.150 no mesmo período de 2019). O saldo em 30 de setembro de 2020 é de R\$5.950 (R\$9.100 em 31/12/2019), sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 31/12/2019) registrados no passivo circulante e R\$1.750 (R\$4.900 em 31/12/2019) no passivo não circulante.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2020
Ações Trabalhistas (i)	302.119	46.296	(19.949)	(16.318)	312.148
Ações Cíveis (ii)	206.654	40.791	(4.745)	(47.315)	195.385
Ações Ambientais (iii)	18.256	36.773	(11.921)	-	43.108
Ações Tributárias (iv)	19.643	191	(17.430)	-	2.404
Totais	546.672	124.051	(54.045)	(63.633)	553.045

No primeiro trimestre de 2020 ocorreu reversão de provisão de R\$36.930, referente a processo judicial de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com o consórcio DM/LFM/SEF, decorrente de custos incorridos pela substituição de material de embasamento de areia para pedrisco. Complementarmente, em relação a este mesmo processo judicial foi registrada provisão de R\$14.978, referente a valor residual questionado na causa, honorários advocatícios, custas processuais e multa.

No terceiro trimestre de 2020 foi constituída provisão ambiental de R\$18.951 decorrente de decisão recursal do IBAMA que consolidou o valor do débito do Auto de Infração Ambiental, o qual estabelecia multa por exploração de água subterrânea do aquífero karst, sem licença ambiental competente. A administração da Companhia aprovou adesão ao chamamento público nº 02/2018, mediante conversão da multa ambiental, conforme fato relevante publicado em 06 de outubro de 2020.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhista, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2020	31/12/2019
Ações Trabalhistas (i)	56.078	55.933
Ações Cíveis (ii)	601.229	465.131
Ações Ambientais (iii)	446.271	328.049
Ações Tributárias (iv)	28.298	16.989
Totais	1.131.876	866.102

Notas Explicativas

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No mês de março de 2020 ocorreu reversão de provisão de R\$36.930, referente a processo judicial de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com o consórcio DM/LFM/SEF, decorrente de custos incorridos pela substituição de material de embasamento de areia para pedrisco. Complementarmente, em relação a este mesmo processo judicial foi registrada provisão de R\$14.978, referente a valor residual questionado na causa, honorários advocatícios, custas processuais e multa.

(iii) Ambientais

A SANEPAR possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto, conforme especificado a seguir: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 251 ETE, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 183 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento do acordo quanto a uma Cláusula prevista em dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) que obrigam a SANEPAR ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. Referido valor está registrado como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A SANEPAR recorreu da decisão, obtendo pareceres favoráveis do IBAMA, Instituto Água e Terra e Ministério Público Federal. A Companhia está em tratativas junto ao IBAMA e IAT para realização de repactuação de alguns cronogramas firmados nos acordos de 2018, inclusive os referentes a essas duas Ações Cíveis Públicas mencionadas. Em julho de 2020 a SANEPAR foi intimada oficialmente pelo IBAMA sobre a aceitação da repactuação. Tão logo seja finalizada a elaboração das novas cláusulas, a repactuação será levada ao Juízo para homologação.

Notas Explicativas

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Londrina, Campina da Lagoa, Pinhais, Campo Mourão e Porecatu.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/09/2020	31/12/2019
Ações Trabalhistas	212.933	185.806
Ações Cíveis	71.610	99.786
Ações Ambientais	5.093	2.492
Ações Tributárias	13.938	9.671
Totais	303.574	297.755

18. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Em virtude do Coronavírus (COVID-19), o mercado financeiro e o setor de saúde foram afetados significativamente, por isso destacamos a seguir os reflexos para os planos de aposentadoria (Fusanprev) e assistência médica (Sanesaúde), patrocinados pela Companhia:

Fusanprev: Neste cenário, mesmo considerando que o Mercado Financeiro piorou nos meses de agosto e setembro de 2020, principalmente em razão de muitas incertezas no mercado internacional e doméstico, o plano apresenta uma rentabilidade acumulada de 1,68% no trimestre, acima do índice de referência do mercado (CDI) que ficou em 0,51%, porém abaixo do mínimo atuarial do plano que foi de 2,99% no período. Devido ao fato de possuir uma carteira de investimentos diversificada e com perfil moderado, aplicada em várias classes de ativos, com perfil de médio e longo prazo, baseado em estudo de ALM (*Asset Liability Management*), propicia liquidez suficiente para honrar o pagamento de benefícios. Considerando a estrutura de governança da FUSAN para tomada de decisão, seguindo os aconselhamentos dos órgãos reguladores ligados a Previdência Complementar, pela prática de estar monitorando atentamente os investimentos realizados, verificando inclusive as oportunidades de investimentos surgidas na crise, pela atuação muito forte dos Bancos Centrais do Mundo que estão injetando um volume expressivo de recursos na economia, mantendo desta forma a liquidez e o funcionamento do sistema, e mesmo considerando os reflexos que uma segunda onda de COVID-19 na Europa, da eleição presidencial do Estados Unidos entre outros assuntos que estão causando muita volatilidade nos ativos, além da expectativa sobre os impactos que surgirão com o aumento dos gastos públicos com o anúncio de um programa de auxílio aos cidadãos (Renda Cidadã) que está ocasionando muita volatilidade na Bolsa de Valores – B3, na cotação do Dólar e nos Títulos Públicos, entendemos que para o encerramento deste trimestre, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados.

Sanesaúde: O plano Sanesaúde apresentou resultado superavitário no encerramento do 3º Trimestre de 2020, devido principalmente a redução da demanda de atendimento dos beneficiários, e as suas reservas técnicas e margem de solvência indicam que o plano está em equilíbrio. O plano apresentou uma quantidade de internações médicas (principal despesa do Plano) no 3º trimestre 18,6% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido ao caráter eletivo de internação em função da recomendação de postergação destes atendimentos vistas a reduzir o risco de contágio, bem como garantir a disponibilidade de leitos para o enfrentamento da pandemia, porém é possível observar que está

Notas Explicativas

ocorrendo a retomada das internações de caráter eletivo. Destaca-se que até o momento o impacto dos casos de COVID-19 sobre as despesas do Plano é bastante limitado, e tendo sido registrados 88 beneficiários que foram internados devidos à suspeita inicial de COVID-19, sendo que 48 apresentaram resultado positivo para a doença e ocorreram 7 óbitos. Considerando que a Fundação Sanepar aderiu ao modelo estabelecido pela ANS (RN nº 451/2020), em que, no mês de abril de 2020 desvinculou parte das provisões de margem de solvência que passaram a fazer parte do resultado do Plano e aumentaram a capacidade de fazer frente ao crescimento de custos e impactos da pandemia. Outra medida que trará reflexo nos próximos meses é a postergação da formação dos fundos da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - Peona SUS e Provisão de Insuficiência de Contraprestações - PIC para 2021. As contribuições mensais do Plano foram reajustadas em junho de 2020 em 7,64%, que dentro das condições atuais, deverá manter o equilíbrio entre receitas e despesas nos próximos 12 meses, porém espera-se que em decorrência do arrefecimento da pandemia no Paraná e o consequente relaxamento das medidas restritivas, verifique-se um provável aumento de demanda de atendimentos, fato que deverá consumir parte do resultado positivo gerado até o fim do 3º Trimestre de 2020. Considerando que a Fundação Sanepar monitora diariamente o cenário com base no censo de internações, com vistas à tomada de medidas necessárias para a gestão do Plano, bem como avalia os impactos da pandemia e acompanha atentamente as medidas e recomendações dos órgãos reguladores ligados à Saúde Suplementar, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados neste trimestre.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Até o 3º trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$24.285 (R\$23.123 no mesmo período de 2019) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,6% pela patrocinadora e 36,4% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre, o montante de R\$55.183 (R\$51.423 no mesmo período de 2019).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	31.764	54.018	85.782	82.440
Não Circulante	444.700	756.241	1.200.941	1.154.162
Totais	476.464	810.259	1.286.723	1.236.602

Notas Explicativas

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2020:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2020
Custo do Serviço Corrente	11.054	6.784	17.838
Custo dos Juros	91.072	53.429	144.501
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(60.459)	-	(60.459)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(15.503)	(19.549)	(35.052)
Totais	26.164	40.664	66.828

O montante de R\$66.828 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2020, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2020 o montante de R\$50.121 (R\$44.855 no mesmo período de 2019). No final do exercício de 2020 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

19. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui em 30 de setembro de 2020 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$28.301 (R\$32.710 no mesmo período de 2019). A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$82.209 e R\$90.692 até o 3º trimestre de 2020 e 2019, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o 3º trimestre de 2020, foi de R\$67.691 (R\$75.693 no mesmo período de 2019). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$8.916 (R\$8.728 no mesmo período de 2019). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$35.552 até o 3º trimestre de 2020 (R\$48.703 em 31/12/2019), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que até o 3º trimestre de 2020, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$119 (R\$897 no mesmo período de 2019); aluguel de imóvel no montante de R\$235 (R\$149 no mesmo período de 2019) e despesa referente a remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$9.188 (R\$2.570 no mesmo período de 2019). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2020, a Companhia tem contas a receber da CS Bioenergia S.A. na seguinte composição:

- i) no montante de R\$68 (sendo R\$42 de energia elétrica e R\$26 de despesas com locação de gerador);
- ii) parcelamento de débitos pendentes provenientes do tratamento de efluentes de esgoto do período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020 no montante total de R\$1.187, em 150 parcelas.

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que até o 3º trimestre de 2020 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$12 (R\$14 no mesmo período de 2019), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$427 (R\$449 no mesmo período de 2019) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$79.468 (R\$74.546 no mesmo período de 2019), conforme descrito na nota explicativa 18.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Notas Explicativas

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada pela 56ª/2020 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 23 de abril de 2020, no montante global de R\$15.036. Para o exercício de 2019 a aprovação se deu pela 55ª/2019 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2019, no montante de R\$13.918.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/09/2020	30/09/2019
Remuneração	7.165	7.259
Encargos e Benefícios	2.038	2.013
Encargos Sociais	1.907	1.878
Plano de Saúde (Sanesaúde)	48	39
Plano de Previdência (Fusanprev)	82	82
Programas Complementares	1	14
Totais	9.203	9.272

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Contratos e Convênios com Terceiros	9.868	7.370
Convênios com Municípios	17.141	16.238
Cauções e Valores a Reembolsar	6.202	5.938
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	48.790	63.888
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	4.372	5.506
Outras Contas a Pagar	-	250
Totais	86.373	99.190
Circulante	59.408	56.496
Não Circulante	26.965	42.694

(1) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 30/09/2020 foram quitadas 33 parcelas no montante de R\$55.780.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

No 1º trimestre de 2020 a Companhia efetuou o desdobramento de suas ações, transformando cada ação ordinária e preferencial em 3 (três) ações, e cada Unit em 3 Units. No caso das Units, continuarão com a mesma formação de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais.

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

Notas Explicativas

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2020, é de R\$4,40 (R\$12,26 em 31 de dezembro de 2019 – R\$4,09 ajustado ao desdobramento).

No 1º trimestre de 2020, a Companhia realizou aumento de seu Capital Social em R\$1.145.048 com a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros, sem bonificação de Ações. O aumento decorreu do fato que o saldo das Reservas de Lucros excedeu o valor do Capital Social.

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.658.734	60,1	3	-	302.658.737	20,0
Municípios	-	-	5.572.595	0,6	5.572.595	0,4
Investidores Estrangeiros	99.194.748	19,7	507.676.633	50,4	606.871.381	40,2
Demais Investidores	101.881.777	20,2	494.221.029	49,0	596.102.806	39,4
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até este trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$3.939 (R\$4.102 no mesmo período de 2019), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2020	30/09/2019
Saldos no início do período	69.559	75.111
Realização da Reserva de Reavaliação	(5.968)	(6.216)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.029	2.114
Saldos no final do período	65.620	71.009

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$222 (R\$458 no mesmo período de 2019), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2020	30/09/2019
Saldos no início do período	5.196	5.722
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(336)	(693)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	114	235
Saldos no final do período	4.974	5.264

Notas Explicativas

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício deduzido do saldo destinado à Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 18) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 23 de abril de 2020, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2019, no montante bruto de R\$330.411, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representava R\$303.843.

Notas Explicativas

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67642	0,86763
Valor para 1 "Unit"	3,32060	4,25930

Em junho de 2020, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 6ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 25 de junho de 2020, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2020. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2020, foi de R\$150.687, sendo retido o valor de R\$13.615 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$51.234.

i) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2020	30/09/2019
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	220.310	216.785
Ações preferências	484.681	476.928
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferências	1.007.470.260	335.823.420
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,43735	1,29107
Por ação preferencial	0,48109	1,42017

Notas Explicativas

22. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas				
Receitas de Água	758.553	768.733	2.316.427	2.196.609
Receitas de Esgoto	449.424	454.976	1.380.210	1.293.892
Receitas de Serviços	30.217	37.481	88.762	106.601
Receitas de Resíduos Sólidos	2.817	2.789	8.916	8.729
Serviços Prestados a Prefeituras	5.195	4.613	15.137	13.490
Doações efetuadas por Clientes	4.941	3.833	15.681	13.260
Outras Receitas	2.779	1.277	5.484	3.797
Totais das Receitas Operacionais	1.253.926	1.273.702	3.830.617	3.636.378
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(71.689)	(72.622)	(220.042)	(208.065)
PASEP	(15.546)	(15.744)	(47.709)	(45.105)
Totais das Deduções	(87.235)	(88.366)	(267.751)	(253.170)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.166.691	1.185.336	3.562.866	3.383.208

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$49.928 (R\$45.723 no mesmo período de 2019), até o 3º trimestre de 2020, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2020 a 30/09/2020			01/07/2019 a 30/09/2019		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(94.718)	(42.423)	(137.141)	(72.800)	(28.348)	(101.148)
Materiais	(22.122)	(18.360)	(40.482)	(21.283)	(19.083)	(40.366)
Energia Elétrica	(92.245)	(11.917)	(104.162)	(107.994)	(13.675)	(121.669)
Serviços de Terceiros	(59.793)	(51.524)	(111.317)	(59.622)	(44.721)	(104.343)
Depreciações e Amortizações	(37.686)	(36.945)	(74.631)	(34.829)	(33.280)	(68.109)
Indenizações por Danos a Terceiros	(740)	(211)	(951)	(2.932)	(1.016)	(3.948)
Outros Custos	(24.228)	(10.756)	(34.984)	(26.599)	(10.426)	(37.025)
Totais	(331.532)	(172.136)	(503.668)	(326.059)	(150.549)	(476.608)

Descrição	01/01/2020 a 30/09/2020			01/01/2019 a 30/09/2019		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(236.697)	(101.744)	(338.441)	(211.064)	(81.067)	(292.131)
Materiais	(68.863)	(56.446)	(125.309)	(61.400)	(44.553)	(105.953)
Energia Elétrica	(301.876)	(37.435)	(339.311)	(308.333)	(37.797)	(346.130)
Serviços de Terceiros	(172.181)	(141.197)	(313.378)	(172.754)	(121.353)	(294.107)
Depreciações e Amortizações	(110.665)	(108.080)	(218.745)	(102.980)	(99.051)	(202.031)
Indenizações por Danos a Terceiros	(4.504)	(3.378)	(7.882)	(4.662)	(4.740)	(9.402)
Outros Custos	(70.925)	(30.901)	(101.826)	(77.778)	(30.167)	(107.945)
Totais	(965.711)	(479.181)	(1.444.892)	(938.971)	(418.728)	(1.357.699)

Notas Explicativas

24. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Comerciais				
Pessoal	(48.710)	(32.517)	(116.518)	(95.243)
Materiais	(729)	(1.186)	(2.666)	(3.264)
Serviços de Terceiros	(27.232)	(28.419)	(84.013)	(78.176)
Depreciações e Amortizações	(2.935)	(3.073)	(8.936)	(8.927)
Perdas na Realização de Créditos	(29.471)	(3.300)	(56.127)	(14.823)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(14.345)	(16.419)	(49.309)	(46.768)
Indenizações por Danos a Terceiros	(347)	(977)	(998)	(2.585)
Programa Sanepar Rural	(762)	(777)	(2.294)	(1.378)
Outras Despesas	(160)	(4.702)	(905)	(14.696)
Totais das Despesas Comerciais	(124.691)	(91.370)	(321.766)	(265.860)
Administrativas				
Pessoal	(210.983)	(145.794)	(498.413)	(416.660)
Materiais	(9.073)	(12.703)	(29.983)	(33.635)
Serviços de Terceiros	(25.423)	(28.199)	(86.423)	(81.898)
Depreciações e Amortizações	(13.973)	(14.024)	(40.189)	(40.379)
Perdas na Realização de Créditos	(1)	-	(155)	-
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(330)	-	(2.107)	-
Taxa de Regulação	(6.343)	(5.599)	(19.027)	(16.792)
Despesas com Viagens	(704)	(2.006)	(2.472)	(5.299)
Exposições, Congressos e Eventos	(4)	(130)	(53)	(402)
Programas Sociais e Ambientais	(540)	(1.186)	(5.506)	(5.360)
Indenizações por Danos a Terceiros	(797)	(278)	(1.526)	(1.109)
Outras Despesas	(3.117)	(3.933)	(10.794)	(12.995)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	32.434	39.256	92.583	112.859
Despesas Capitalizadas (2)	20.856	26.270	60.643	77.939
Totais das Despesas Administrativas	(217.998)	(148.326)	(543.422)	(423.731)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas				
Perdas Eventuais ou Extraordinárias (3) (4)	(14)	3	(37.169)	(28.713)
Multas Ambientais	-	19	(30)	(776)
Baixas de Ativos	1.820	(3.164)	3.185	(6.475)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(152)	95	(373)	194
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	1.654	(3.047)	(34.387)	(35.770)

(1) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(2) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(3) Valor de R\$37.137 (2020) referente a quitação de ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF, relativo a reequilíbrio econômico-financeiro do CA 05.1/2000;

(4) Valor de R\$28.690 (2019) referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, provenientes da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de loteamentos a Companhia, no período de junho de 1983 a fevereiro de 2014.

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$42.545 (R\$76.414 no mesmo período de 2019), sendo R\$4.180 referente ao complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados do Exercício de 2019 e R\$38.365 referente a provisão a título de Participação nos Resultados até o 3º trimestre de 2020, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

Notas Explicativas

26. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras	5.087	6.311	17.811	20.112
Variações Monetárias Ativas	1.974	2.405	7.495	7.067
Variações Cambiais Ativas	2	-	2	-
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	496	1	1.439	1
Outras Receitas Financeiras	6.085	6.087	17.543	16.175
Totais das Receitas Financeiras	13.644	14.804	44.290	43.355
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	(62.403)	(56.854)	(165.564)	(161.990)
Variações Monetárias Passivas	(7.643)	(1.109)	(6.393)	(11.892)
Variações Cambiais Passivas	(499)	(2)	(1.474)	(2)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(7)	-	(7)	-
Outras Despesas Financeiras (1)	(514)	(895)	(12.801)	(3.918)
Totais das Despesas Financeiras	(71.066)	(58.860)	(186.239)	(177.802)
Resultado Financeiro	(57.422)	(44.056)	(141.949)	(134.447)

(1) R\$11.057 (2020) refere-se à alteração do prazo da vida útil dos itens Reatores Anaeróbios de Lodo Fluetizado e Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente de Alta Eficiência de 60 para 40 anos, refletindo na contabilização do Ajuste a Valor Presente dos ativos financeiros contratuais.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Notas Explicativas

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2020 a 30/09/2020			01/01/2019 a 30/09/2019		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.382.095	1.412.220	3.794.315	2.276.000	1.329.831	3.605.831
Outras Receitas Operacionais	20.685	15.617	36.302	17.475	13.072	30.547
Total da Receita Operacional Bruta	2.402.780	1.427.837	3.830.617	2.293.475	1.342.903	3.636.378
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(152.572)	(115.179)	(267.751)	(144.816)	(108.354)	(253.170)
Receita Operacional Líquida	2.250.208	1.312.658	3.562.866	2.148.659	1.234.549	3.383.208
Custo	(965.711)	(479.181)	(1.444.892)	(938.971)	(418.728)	(1.357.699)
Lucro Bruto	1.284.497	833.477	2.117.974	1.209.688	815.821	2.025.509
Despesas Comerciais	(183.346)	(138.420)	(321.766)	(152.093)	(113.767)	(265.860)
Despesas Administrativas	(309.649)	(233.773)	(543.422)	(242.407)	(181.324)	(423.731)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19.594)	(14.793)	(34.387)	(23.049)	(12.721)	(35.770)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(2.001)	(2.001)	-	(4.520)	(4.520)
Resultado Financeiro	(63.275)	(78.674)	(141.949)	(56.728)	(77.719)	(134.447)
Programa de Participação nos Resultados	(24.243)	(18.302)	(42.545)	(43.715)	(32.699)	(76.414)
Provisões	(3.632)	(2.741)	(6.373)	(48.751)	(36.416)	(85.167)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(28.559)	(21.562)	(50.121)	(25.658)	(19.197)	(44.855)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	652.199	323.211	975.410	617.287	337.458	954.745
Imposto de Renda e Contribuição Social	(180.813)	(89.606)	(270.419)	(168.769)	(92.263)	(261.032)
Lucro Líquido do Período	471.386	233.605	704.991	448.518	245.195	693.713
Margem Operacional	29,0%	24,6%	27,4%	28,7%	27,3%	28,2%
Margem Líquida	20,9%	17,8%	19,8%	20,9%	19,9%	20,5%
EBITDA (1)	854.134	531.095	1.385.229	805.201	535.328	1.340.529
Margem EBITDA	38,0%	40,5%	38,9%	37,5%	43,4%	39,6%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (2)	361.146	344.260	705.406	376.578	375.911	752.489
Participação Societária - CS Bioenergia	-	250	250	-	15.959	15.959
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	1.510.732	2.153.656	3.664.388	1.223.691	1.887.316	3.111.007
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	4.338.592	5.351.241	9.689.833	4.060.667	5.037.109	9.097.776
Depreciações e Amortizações do Período	(138.660)	(129.210)	(267.870)	(131.186)	(120.151)	(251.337)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (3)	665.742	363.556	1.029.298	600.332	327.156	927.488
Total do Ativo	5.874.087	7.245.128	13.119.215	5.158.679	6.399.152	11.557.831
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.979.029	3.485.900	6.464.929	2.459.611	3.073.391	5.533.002
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (4)	3.247.872	2.278.458	-	3.177.148	2.196.732	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (5)	392.938	296.818	-	395.753	296.028	-

(1) Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes;

(2) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(3) Apresentadas pelo valor bruto;

(4) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(5) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas

28. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.647.329, com vigência abrangendo o período de 13/03/2020 a 13/03/2021, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	785.971
Máquinas, Equipamentos e Veículos	776.007
Estoque	85.351
Totais	1.647.329

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2020 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 181 processos judiciais no montante de R\$208.269 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2021.

29. OPERAÇÕES “RÁDIO PATRULHA”, “INTEGRAÇÃO”, “ÁGUAS CLARAS” E “DUCTOS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Operações “Rádio Patrulha” e “Integração”:

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada “Rádio Patrulha”, a qual faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A “Operação Rádio Patrulha” investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações no programa “Patrulha do Campo”, o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A “Operação Rádio Patrulha” tornou réu um ex-administrador da Companhia.

A “Operação Integração” investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1999 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominado Anel da Integração. A primeira fase da “Operação Integração” foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da “Operação Integração”, um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades no processo de investigação dos fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instalou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, os quais incluíram acesso à totalidade da documentação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) “Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019; e (ii) “Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019 (conjuntamente, “Relatórios”).

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos da Companhia, vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para apreciação do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019 e

Notas Explicativas

Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019. A Auditoria Interna da Companhia, compareceu à reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020, para prestar esclarecimentos à Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – MPPR.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, conhecidas até aquele momento, dando conta de que os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiam inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos, que pudessem afetar materialmente as suas demonstrações contábeis e as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma “Comissão Externa de Investigação” (“CEI”).

Em 15 de agosto de 2019, em sua 6ª/2019 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração (“CA”) aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Na 7ª/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro independente do CA da Companhia, eleito pelos acionistas minoritários, e dois membros independentes externos com vasta experiência em investigações forenses.

A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu parecer recomendando a contratação de um escritório de advocacia para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”.

Em 28 de novembro de 2019, em observância ao parecer emitido pela CEI e em conformidade com as melhores práticas de governança, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, sendo o plano de trabalho gerenciado pela CEI. Para dar suporte à condução da investigação interna independente no tocante à coleta “forense”, processamento de dados eletrônicos, condução de análises financeiras e trabalhos relacionados, também foi contratada a Ernst & Young – EY (conjuntamente referenciados como “Equipe de Investigação”).

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração, autorizou a renovação do prazo dos Contratos Especiais nº 04/2019 e nº 05/2019 referentes à Comissão Externa de Investigação – CEI, conciliado com o prazo final para conclusão dos trabalhos de investigação Forense e entrega dos relatórios finais da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”

Em 12 de novembro de 2020, na 24ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração, autorizou a assinatura de um aditivo contratual com a Equipe de Investigação para a finalização dos procedimentos da investigação forense das Operações Integração e Rádio Patrulha.

Operação “Águas Claras”:

Em 13 de dezembro de 2019, após a nomeação da CEI e a contratação da Equipe de Investigação, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a deflagração da “Operação Águas Claras”. A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Não obstante a deflagração da referida operação tenha ocorrido após o início dos trabalhos de investigação interna independente das “Operações Rádio Patrulha” e “Integração”, por deliberação na 1ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2020, as alegações relacionadas à “Operação Águas Claras” foram incluídas no objeto da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação.

Notas Explicativas

Com base na deliberação acima, a Equipe de Investigação incluiu as alegações da Operação Águas Claras no escopo da investigação forense independente e iniciou os procedimentos preliminares de investigação e sinérgicos às investigações das Operações Rádio Patrulha e Integração. No entanto, no curso dos trabalhos, o Conselho de Administração da Companhia tomou nova decisão na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2020 e deliberou que o escopo da investigação forense independente deveria observar e cumprir o escopo originalmente contratado (*i.e.*, investigação das alegações decorrentes da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”).

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração reconsiderou a deliberação contida na 9ª/2020 Reunião Ordinária de 24/09/2020, no que se refere a “Operação Águas Claras”, para autorizar a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance a ultimar todos os procedimentos necessários para contratar os serviços técnicos e especializados para composição de Comissão de Externa de Investigação - CEI, Investigação Forense e “Shadow Investigation”, nesta ordem, sendo que a contratação da investigação Forense depende da contratação prévia dos componentes da CEI, tudo concernente à “Operação Águas Claras”.

Em 10 de novembro de 2020, na 23ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação dos membros da Comissão Externa de Investigação – CEI, sendo referidos contratos assinados em 11 de novembro de 2020, pelo prazo de 365 dias.

Operação “Ductos”:

Em 20 de julho de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a “Operação Ductos”, relacionada a investigação que apura condutas envolvendo pessoas ligadas à Companhia. As investigações iniciadas há cerca de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apuram principalmente o pagamento indevido por serviços não prestados e fraudes em licitações. Investiga-se ainda, o faturamento por serviço não executado integralmente ou por serviço superfaturado, com uso de medições falsas ou não fiscalizadas por empregados da Sanepar. A Administração da Companhia afastou todos os empregados envolvidos na referida operação. Na mesma data, o Conselho de Administração deliberou pela inclusão do processo da “Operação Ductos” no escopo da Investigação Forense Independente, ficando a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance autorizada a tomar as medidas administrativas necessárias para a implementação da medida.

O Conselho de Administração, em sua 13ª/2020 Reunião Extraordinária realizada em 20 de julho de 2020, deliberou pela inclusão da Operação Ductos no escopo da Investigação Forense Independente e a Equipe de Investigação incluiu as alegações da Operação Ductos no escopo dos trabalhos, com início dos procedimentos preliminares de investigação e sinérgicos às investigações das Operações Rádio Patrulha, Integração e Águas Claras. No entanto, considerando que na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, acima mencionada, o Conselho de Administração da Companhia tomou nova decisão e, com efeito, deliberou que o escopo da investigação forense independente deveria observar e cumprir o escopo originalmente contratado (*i.e.*, investigação das alegações decorrentes da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”).

Na mesma oportunidade, a Companhia constituiu força-tarefa incumbida de confeccionar relatório de auditoria que servirá de base para a contratação de Comissão Externa de Investigação, Investigação Forense e Shadow Investigation para acompanhamento da Operação Ductos.

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração reconsiderou a deliberação contida na 9ª/2020 Reunião Ordinária de 24/09/2020, no que se refere a “Operação Ductos”, para autorizar a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance a ultimar todos os procedimentos necessários para contratar os serviços técnicos e especializados para composição de Comissão de Externa de Investigação - CEI, Investigação Forense e “Shadow Investigation”, nesta ordem, sendo que a contratação da investigação Forense depende da contratação prévia dos componentes da CEI, tudo concernente à “Operação Ductos”.

Notas Explicativas

Em 10 de novembro de 2020, na 23ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação dos membros da Comissão Externa de Investigação – CEI, sendo referidos contratos assinados em 11 de novembro de 2020, pelo prazo de 365 dias.

Andamento das atividades:

Desde dezembro de 2019, a investigação forense independente iniciada para apuração das alegações relacionadas às Operações Integração e Rádio Patrulha continua em andamento. Referida investigação segue sendo conduzida pela Equipe de Investigação e acompanhada pela CEI e pelo auditor externo da Companhia. Até a publicação destas informações contábeis intermediárias, os trabalhos da Equipe de Investigação estão dentro do cronograma previsto e em fase de conclusão.

Embora, até o presente momento, não se possa concluir sobre a extensão das supostas irregularidades mencionadas na Operação Integração e Operação Rádio Patrulha, a Administração da Sanepar recebeu um relatório intermediário da CEI sobre os resultados obtidos até o estágio atual dos trabalhos e continua acompanhando o desenvolvimento das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, colaborando com as mesmas e tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

A Administração da Sanepar seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI, bem como manterá o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

30. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Desde o início da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), mais de 43 milhões de infecções foram registrados em todo mundo, no Brasil, os casos ultrapassaram a marca de 5,2 milhões. Para conter a transmissão da doença, houve a necessidade de isolamento social, restrição dos negócios em nível local e internacional, e as atividades não-essenciais foram paralisadas por tempo indeterminado. Dentro deste contexto, o Saneamento Básico, considerado como “serviço essencial” contribuiu com a manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, pois o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção desta doença.

Neste cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo coronavírus, o setor de Saneamento Básico é um dos mais resilientes, e a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, principalmente nas consequências que serão percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a melhor análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo coronavírus:

- **Receitas, custos, contas a receber e fluxos de caixa:** Na visão da Companhia as receitas do setor de saneamento serão menos afetadas em decorrência dos efeitos da pandemia, por terem receita mais protegida que os demais setores, por se tratar de serviços essenciais à população. Uma pressão sobre o fluxo de caixa operacional impactou na arrecadação, devido a um ligeiro aumento da inadimplência e prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto, principalmente para consumidores de baixa renda. Neste sentido, a Companhia publicou Fato Relevante em 23 de março de 2020, informando sobre o adiamento da cobrança de contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na Tarifa Social, aproximadamente 184 mil famílias, pelo período de 90 dias. Em 24 de junho e 21 de setembro de 2020 a Companhia publicou novos Fatos Relevantes prorrogando o adiamento da cobrança por mais 90 dias para cada período. O faturamento mensal da Tarifa Social é da ordem de R\$ 3,8 milhões.

Notas Explicativas

Além disso, a edição de leis que restringem o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante situações de emergência, como no caso da COVID-19, elevou ligeiramente o índice de inadimplência, pelo aumento de contas a receber de clientes, trazendo impacto à liquidez da Companhia.

Após o início do período de quarentena, a partir do dia 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando diariamente a arrecadação e a inadimplência, e considerando a melhor estimativa para o momento, constituiu provisão para perdas esperadas de contas a receber no montante de R\$ 7,0 milhões.

Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos importados, dado as taxas de câmbio atuais, a Companhia não espera aumento relevante dos custos, uma vez que determinados produtos tendem a ter o custo reduzido pela diminuição da demanda, compensando assim eventuais variações desfavoráveis da taxa de câmbio. A Companhia está monitorando os níveis de estoque e requereu plano de contingência às empresas contratadas relativamente aos produtos que podem apresentar dificuldades no abastecimento.

- **Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia possui contratos de Financiamentos, com a CAIXA, Sistema BNDES e KfW, além de emissões de debêntures públicas e privadas. Não houve repactuações das taxas de juros referentes a estes contratos e não se espera alterações nas condições já contratadas. Durante o 1º, 2º e 3º trimestre de 2020, a Companhia recebeu desembolsos no montante de R\$ 779 milhões referentes a liquidação da 10ª emissão de debêntures incentivadas, captação de R\$ 200 milhões através da Cédula de Crédito Bancário - CCB e a recursos liberados pela CAIXA, BNDES e KfW.
- **Arrendamentos:** A Companhia possui (i) contrato de locação de ativos com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia no final do contrato; (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os benefícios dos bens permanecerá com o arrendador. Não houve nenhuma alteração nos termos e condições dos contratos.
- **A Administração** avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia, e entende que neste trimestre, apesar da grande incerteza no mercado financeiro e dos impactos no cenário da saúde, considerando as melhores informações disponíveis, não identificou ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica.
- **Adicionalmente a Administração** avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus Ativos vinculados às Concessões e Ativos de Direito de Uso no encerramento das Informações Trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020.

A seguir as principais ações que a Companhia tem adotado em suas operações que afetam seus profissionais e clientes:

- Isolamento domiciliar de 14 (quatorze) dias para empregados que apresentarem ou residam com familiar que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre;
- Regime de trabalho remoto para os empregados acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;
- Regime de trabalho remoto e/ou flexibilização do horário de trabalho por meio período, para pais ou mãe, de menores com idade até 12 (doze) anos;
- Definição do efetivo mínimo para trabalho interno, realizando escala de revezamento ou regime de 6 (seis) horas;

Notas Explicativas

- Antecipação de cronograma de entrega de materiais de tratamento objetivando estoque de segurança, em precaução e eventual fechamento de fábricas;
- Suspensão de assinatura de novos contratos com terceiros, exceto os de caráter imperioso às operações da Companhia;
- O atendimento nas centrais de relacionamento segue os critérios e definições em documento divulgado às Gerências Gerais, Gerências Regionais e Coordenações de clientes, bem como as considerações contidas nos decretos e nas restrições sociais.

Visando preservar a liquidez a Companhia adotou as seguintes medidas, conforme permitido em atos normativos expedidos pelo Governo Federal: i) suspensão e parcelamento do FGTS referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$10.628, conforme Medida Provisória nº 927/2020; ii) postergação do recolhimento das contribuições de COFINS, PIS/PASEP e INSS Patronal referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$123.453, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portaria nº 139; e iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020.

A Companhia continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Reguladora do Paraná (Agepar), aprovou em 21 de outubro de 2020, através da Reunião Extraordinária nº 021/2020, o planejamento e proposta de trabalho para a 2ª Revisão Tarifária Periódica do Saneamento Básico.

Em 27 de outubro de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a aprovação pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) do enquadramento, como prioritário, de projetos de investimentos em infraestrutura no setor de saneamento básico, apresentado pela Companhia, no montante de até R\$ 391,1 milhões, por meio de Debêntures Incentivadas, com vistas ao estímulo de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico. Em 12 de novembro de 2020, na 24ª Reunião Extraordinária o Conselho de Administração autorizou que a Companhia inicie estruturação de debêntures, não conversíveis em ações, no montante de até R\$ 500 milhões.

Em 29 de outubro de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 6068, que prorrogou por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo de vigência do Decreto Estadual nº 4.626/2020, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e de nove meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigação interna independente em andamento (Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras” e “Ductos”)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29 às informações contábeis intermediárias, o Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2019 ratificou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 elegeu os membros do Comitê, para coordenar investigações com o propósito de prestar esclarecimentos sobre as investigações no âmbito das operações “Rádio Patrulha” e “Integração”. Posteriormente, em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação “Águas Claras” e mais recentemente a inclusão da operação “Ductos”, esta última iniciada em julho de 2020 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Paraná. Em 06 de novembro de 2020, o Conselho de Administração deliberou sobre a contratação de Comissão Externa de Investigação, para as operações “Águas Claras” e “Ductos” e no dia 10 de novembro de 2020 efetivou a contratação da CEI. As investigações internas, que estão sendo acompanhadas pelo “Comitê Externo de Investigação”, ainda encontram-se em andamento na fase de avaliação de dados coletados em relação às operações “Rádio Patrulha” e “Integração”, e ainda em fase de definição de escopo e contratação dos investigadores forenses no caso das operações “Águas Claras” e “Ductos” e, neste momento, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrente das mesmas, tampouco não há conhecimento sobre desdobramentos pelo lado das autoridades públicas. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e

apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9 – S – PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Curitiba, 26 de Outubro de 2020.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de setembro 2020.

Curitiba, 12 de Novembro de 2020.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social